

Tradução e Jogo de Tronos —entre Culturas de Falares polissimétricos

CARLOS QUIROGA

Universidade de Santiago de Compostela

A pergunta proposta a debate desta mesa («Precisamos traduções de galego para português e de português para galego?») é aparentemente muito simples e poderia parecer que tem, para mim, uma resposta igual de singela. Refiro-me ao que se pode talvez deduzir da minha posição ideológica e pragmática a respeito do que se convencionou entender por ‘galego’, por ‘português’, por literatura nesta ou nestas variedades de Língua, e ainda das minhas experiências como escritor publicado nelas. Mas obviamente vou frustrar, pelo menos de início, qualquer réplica maniqueísta, até porque se as coisas complexas são inimigas de Deus não vejo motivos para deificar ou chamar a providência para um assunto tão mundano como este, que sem dúvida levanta muitas mais intrigas e interesses de um laicismo exclusivamente humano.

Deixando por agora a um lado matizes importantes como ‘traduzir para quem’ e ‘traduzir quê’, que naturalmente gradua muito qualquer argumentação, vou tomar ‘tradução literária’ como paradigma exemplar para a discussão, pois é o território onde mais em profundidade poderia entrar e dele podem ser derivados pareceres ou consequências a aplicar a outras áreas mediadas pela transferência linguística. Farei, no entanto, algumas considerações sobre o estatuto geral do ‘traduzir’, outras sobre língua mediadora ou de tradução (e portanto sobre o estatuto ‘galego’ e o estatuto ‘português’), darei conta de algumas experiências práticas como autor de obras literárias que se moveram nesta mediação, e finalmente poderei acometer uma resposta concreta à pergunta.

Traduzir

Não vale a pena chamar à linha sisudas invocações acadêmicas apesar do título ribombante que na última hora escolhi. O Estraviz eletrônico (Vid. www.estraviz.org) indica que «traduzir» [lat. *traducere*] é um verbo transitivo que tem uma primeira e clara acepção: ‘Escrever ou dizer numa língua aquilo que foi escrito ou dito noutra: *traduzir do russo para o galego*’. Outras acepções são extensivas e significam ‘Expressar, interpretar: *aquelas frases apaixonadas traduziam o seu estado de ânimo*’, podendo dar-se como sinónimos de ‘traduzir’ formas como *interpretar*, *transferir*, *trasladar*, *verter*, obviamente visando, até nos sentidos figurados, a passagem de uma realidade de conteúdos linguísticos e culturais para outra diferente com o máximo grau de equivalência e fidelidade. Uma necessidade que entre russo e galego, como indica o exemplo, é incontornável. É tão incontornável entre o que se entende por ‘galego’ e o que se entende por ‘português’...? O estatuto da *língua mediadora*, que depois abordo, é a todas as luzes o fulcro da questão, mas há ainda alguns detalhes relativos ao ‘traduzir’ que me interessa colocar por diante, e que inclusive interrogam a interrogação que hoje se nos coloca na mesa. A generalidade do dicionário bastaria para eu encerrar este assunto com um par de experiências e um *ex abrupto*, mas obviamente não farei por respeito ao convite para aqui estar.

Apesar de escolher a tradução literária como friso exemplar, não terei de ir muito longe na Sociologia para argumentar que a Literatura como instituição não se comporta de modo diferente de qualquer outra instituição socialmente estabelecida, seja no intercâmbio de mercadorias seja em qualquer outra organização do mercado, seja ainda nas relações com o campo do poder. Existem poderosas forças reguladoras que atuam num sentido de preservação de uma cultura face à sua dissolução. Sabemos que inclusivamente com essas forças há uma constante tensão dialética entre o novo e o velho, o alto e o baixo, de forma que os estratos não canonizados pugnam por um lugar no centro do sistema. Mas muito mais importante para o caso que nos ocupa é o papel de forças reguladoras simultâneas de culturas concorrentes que operam no mesmo espaço. Já não se coloca aqui o problema fundamental da teoria da tradução que dá voltas em torno à substituição de um ou vários elementos de uma língua por outros equivalentes do ponto de vista formal, semântico ou pragmático, e a maior ou menor fidelidade, a analogia, correspondência ou similitude entre esses elementos que uma distância intransponível para o destinatário justifica. Porque do que aqui se trata é que sendo a relação existente entre ambos absolutamente transponível (sem entrar de todo, como advertia, em matizes importantes como ‘traduzir para quem’ e ‘traduzir quê’, que obviamente provocam modulações desta testada generalidade, mas necessariamente considerando já a sombra destas questões), sendo a equivalência dos textos

pretensamente traduzidos uma relação de pura e sistemática correspondência ortográfica, o problema e a discussão colocam-se noutra patamar.

Certo que um tradutor como agente especializado nas normas culturais presentes no texto de partida e no de chegada, formado e informado ainda na interacção e até conflitos entre línguas e variedades com que trabalha, quando se fala nomeadamente de ‘galego’ e de ‘português’, tem vela neste enterro e poderá proporcionar nomeadamente à transferência que pratica uma compreensão que talvez falte ao destinatário do seu trabalho. Tal agente, por certo, costuma receber uma formação idónea para o desempenho de tal função só se mergulhada no conhecimento dos falares da Galiza –e a este respeito poderia referir desalentos de tradutoras portuguesas que realizaram ‘tradução’ de textos ditos de ‘galego’ como língua de partida, faltando tal mergulho e daí o desalento. Tal agente, ainda, para além da proximidade às normas culturais de partida ou às de chegada, para um desempenho óptimo do seu trabalho, experimentam um incremento de dificuldades nada habituais nem previstos no processo geral para que se formaram –e como traduzir de espanhol para português não tem essas dificuldades, para as desalentadas pessoas que me relatavam em Portugal a sua experiência, muitas editoras portuguesas só consideram traduzir um livro ‘galego’ se existe versão em castelhano. Dificuldades que, fazendo um paralelo legítimo, terá encontrado o especialista (este sim preparado) que realizara as legendas da fala de Saramago, por exemplo, num canal de televisão brasileiro. Dificuldades, no paralelo inverso, que vinham achando os adaptadores de livros brasileiros (também estes preparados) para publicação em Portugal. É isto tradução? Pode ser, mas aqui o ‘traduzir quê’ e ‘traduzir para quem’ ocupa todo o primeiro plano e desmonta a questão central. E nem em Portugal nem no Brasil, com especialistas preparados para a troca mútua, existe uma preparação específica para efectivá-la em relação ao galego-castelhano da Galiza.

Reparemos agora como trabalha um tradutor em geral. Ele é atingido e parte de considerar, antes de realizar as ‘operações tradutoras’ propriamente ditas, algumas normas preliminares onde dois fatores estão frequentemente interligados, como se fossem a casca que vai envolver o seu trabalho: a política de tradução (relativa aos fatores determinantes na seleção de textos para uma língua em particular) e a direção (*directness*) da tradução (tradução surgida directamente da língua de origem do texto ou através de uma língua intermediária). Só depois aplica as normas operacionais que se prendem com as decisões tomadas durante o ato tradutor, as que afetam a matriz do texto, assim como a forma textual e a formulação verbal. Nestas últimas, e para além de fenómenos de omissão ou recolocação de passagens, segmentação textual, adição de outras passagens ou notas de rodapé, aparecem normas texto-linguísticas que

regulam a seleção de material linguístico, campos lexicais, frases e efeitos estilísticos, e esta parte deve ser a mais complexa e morosa.

Mas todo esse processo central, complexo e moroso, para cuja realização profissional algumas pessoas se formam durante anos, é o que se aplica ao caso que temos sobre a mesa, ou no caso toda a exigência de atenção está demandada pelas normas e fatores preliminares, pela casca, o invólucro do trabalho propriamente dito...? Um exemplo elucidativo para abreviar: sabem como realiza *Google* a sua «tradução», como fabricou o seu dicionário de ‘galego’...? Ouviram a algum conhecido queixar-se de que o *Google* dava erros, por exemplo com a toponímia, aparecendo às vezes sugestões de nomes brasileiros...? A tradução automática é feita tomando, por um lado, um cópús de milhões de palavras da língua de partida e outro similar na de chegada, estabelecendo-se as correspondências. Quando se lhe pede a tradução de um texto novo, por exemplo de árabe para inglês, pega-se na língua do primeiro dos blocos e aplica-se a correspondência previamente estabelecida para ter a sua tradução num novo bloco. Quando se lhe pede a tradução para ‘galego’, fica em evidência qual foi a natureza das correspondências estabelecidas: não dispondo de cópús tradutivo entre árabe e ‘galego’, o *Google* deitou para o saco milhões de palavras do português aplicando apenas a correspondência gráfica à Norma galego-castelhana, operação simples de que ficam indícios nas alterações que as pessoas facilmente detetam quando aplicam. Conformidade de puro envoltório para a mesma Língua. Ausente a opacidades que os lusitanos colocam nos seus falares, tratando-se de pura escrita sem realização fonética, tanto o *Google* como qualquer habitante da Galiza pode realizar esta transferência de envoltórios –nem é necessário passar pelos ‘100 minutos de contacto com o português’ dos OPS da AGAL, bastaria a campanha «Aprende em 25 segundos a ler em português» que em 2007 lançou a Câmara Municipal de Compostela.

Sabemos perfeitamente que aprender qualquer dos (por enquanto) dois padrões internacionais do português, falado e escrito, é difícil, mas para uma «tradução» como a que pratica *Google* basta saber as correspondências ortográficas, é uma ‘tradução caligráfica’. É a mesma operação que realiza a barra de tradução integrada do *Google Chrome* e outros portais que vertem páginas Web completas. E é isso traduzir para ‘galego’ e do ‘galego’? Prova isso que é uma Língua diferente e a necessidade da tradução, à outra/da outra, de que se nos pede falar nesta mesa? Como se adverte na explicação de *Google* sobre a sua tradução automática, «não é tão precisa como a tradução realizada por uma pessoa» e «muito provavelmente não conseguirá ajudá-lo com poesia ou páginas que contenham gramática complexa ou vocabulário técnico», mas é uma funcionalidade que cumpre as necessidades básicas. Quando um brasileiro vê Saramago na TV necessita que um especialista tenha feito legendagem ou é capaz

de ver cobertas as suas necessidades básicas? E os livros brasileiros necessitam adaptação para ser lidos em Portugal? As edições de Harry Potter devem ser diferentes para a Inglaterra, EEUU ou Austrália? Tudo isto é discutível, sim, não, pode ser, mas segundo as respostas também a questão central da mesa se verá quanto a mim respondida.

Por outro lado, sendo a tradução um produto que demonstra permeabilidades a questões ideológicas por dentro, cuja omnipresença em termos sociais e humanos complica qualquer intenção de isenção ou mesmo independência, no caso que nos ocupa a permeabilidade que padece por fora pode ser ainda bem mais determinante. A tradução não escapa à máquina do poder, contribuindo para o estabelecimento de uma verdade, a cujo serviço está, igual que a pergunta colocada a esta mesa está ao serviço de estabelecer a diferença sobre a que somos interrogados. O ‘galego’ língua independente do ‘português’, por isso é necessária a tradução, que previamente, por princípio, se decidiu acometer. Certamente, os aparelhos políticos e económicos definiram e continuam a definir as políticas de tradução, assim como existe um conjunto de instituições que viabilizam ou não a credibilidade das traduções por dentro mas também por fora. Fazer ou não tradução entre galego e português é uma decisão do poder. Estas Jornadas em que estamos, o próprio tema desta mesa, definem a necessidade e credibilidade do que se discute, a transferência linguística entre ‘galego’ e ‘português’. Não contesto, olho, o ofício do transferidor ou tradutor, dependente de factores económicos impostos por editores e/ou leitores, por um lado, e sujeito como em qualquer outra actividade a fenómenos de pressão social, por outro: o tradutor é um indivíduo e a tradução um acto que não se esgota num exercício de poder de A para B. Embora permeável aos feixes de poder, a tradução em si não pode ser equacionada à linearidade de dominadores e dominados, e a questão pode ser muito relativizável em termos de estudos de tradução. Mas responder se deve haver tradução entre galego e português é uma decisão eminentemente política e de poder.

Língua, norma, fala, estatuto de ‘galego’

O estatuto da língua mediadora, como já advertia e se foi entrevedo, é para mim fulcral na questão desta mesa. E tendo escolhido a tradução literária como friso exemplar, gostaria de esclarecer antes de mais o que se entende por ‘Literatura’, e antes de mais pela etiqueta corrente de ‘Literatura(s) Lusófono(s)’. As definições variam entre ‘Literatura(s) em língua portuguesa’, ‘Literatura(s) lusógrafa(s)’, ou ainda –fórmula que tende ao desuso– ‘Literatura(s) de expressão portuguesa’. Literaturas que emergiram na esteira da expansão portuguesa no mundo e que, a dada altura, a

começar pela brasileira, se autonomizam nacionalmente. E tomando esta marca por divisa podemos ter, portanto, literatura portuguesa, literatura brasileira, literaturas dos países africanos de língua oficial portuguesa, e até de Goa e as reduzidas ou incipientes literaturas de Macau e Timor. Expressam contextos culturais e identitários (nacionais, regionais e locais) diferentes, mas têm em comum uma língua, a mesma, sistémica e saussurianamente falando. Enfim, o mesmo que pode acontecer confrontado as etiquetas ‘Literatura em inglês’ com as de *literatura inglesa*, *literatura estado-unidense*, *literatura australiana* etc.

Como joga no meio disto a chamada ‘literatura galega’...? Literatura galega foi desde bem cedo a escrita em galego, também língua como elemento definidor. Do ponto de vista sistémico e saussuriano o galego pertence ao mesmo conjunto anterior. Pode, portanto, a literatura galega ser inserida nas ‘Literatura(s) Lusófona(s)’..? Depende quem e depende para quem. Todos sabemos que a base ortográfica castelhana que maioritariamente adopta na sua ortografia a literatura galega atual e oficial funciona como força centrífuga desse conjunto. Os aparelhos ideológicos do estado (que diria Althusser), instrumentos ao serviço do poder para construir e consolidar a hegemonia, pretendem apresentar essa orientação centrífuga como quase única. Mas existe uma prática centrípeta na Galiza (que alguns sustentamos com a nossa escrita de resistência) a contrariar essa unicidade. Não existe hegemonia absoluta da ortografia castelhana, não existe hegemonia no sentido que dá Gramsci ao conceito –essa em que o poder ganha o consentimento de todos para se implementar sem violência, tornando-se mais eficiente. Hoje não existe absoluta unanimidade ortográfica na Galiza, por muito que o poder pretenda apresentar a prática castelhana como única, e use os seus aparelhos ideológicos nesse sentido.

Neste ponto eu poderia fechar a discussão dizendo que o problema que os organizadores colocam a esta mesa para mim não existe em termos genéricos, sem que tal resposta implique contestar a existência de profissionais intermediando nas transferências necessárias, dependendo, em termos particulares, de ‘quê transferir’ e ‘para quem’ transferir’. Igual que não contesto que no Brasil uma empresa achasse a bem legendar Saramago para o seu público, não contestarei que outra empresa aqui, por exemplo uma editora, empregue recursos para uma transferência de Saramago para o galego-castelhano, se é um assunto privado e tem público que demande e pague. Quando há dinheiro público, como contribuinte fiscal, tenho direito de ir além do comentário crítico e queixar-me em alto e sugerir outras prioridades, porque via subsídios para esta tarefa se tem pretendido fabricar uma demanda que por outra parte é ridícula. E o comentário e a queixa pacífica colocam-me de volta à discussão sobre o problema, por um lado porque seria estúpido por minha parte obviar a realidade em

volta, e por outro porque afinal é um problema que me toca e interessa enormemente. Porque me toca na pura identidade e me afeta no trabalho mais entranhado em que exprimo. As Literaturas Lusógrafas, na sua diversidade e especificidade enquanto lugar de encontro de escritas multivivenciais e universos literários multiculturais, inerentes a literaturas que se expressam numa língua comum disseminada em todos os continentes, acolhe-me a mim porque aceito a coincidência e a procuro na ortografia, mas não pode acolher a Literatura Galega que maioritária e socialmente se entende hoje na Galiza por tal –nem estou seguro de os produtores dessa Literatura quererem ser acolhidos, pois agem em sentido centrífugo, e ao contrário, olham com exclusão para mim–, o que justifica a existência de ‘tradução’ entre estas duas modalidades linguísticas, entre as quais na Galiza se insiste em abrir um abismo. Um problema que só repressivamente me afeta para existir como escritor no território chamado Galiza, mas certamente outro problema.

Portanto, eu que não me coloco longe da indesejável fenda, estou aqui hoje tratando este assunto com a máxima cordialidade como habitante deste território em que isto acontece. Que todos nós, mesmo os que teimam em converter a fenda em abismo intransponível, habitamos no ninho da Língua que pelo mundo corre com o nome de Portuguesa é uma evidência; que esta foi comunal veículo de uma das grandes literaturas do mundo medieval é afirmação trivial. E que a partir daí decorreu um desencontro de séculos, uma breve reactivação de décadas, uma intermitência crescente durante as ditaduras, e uma final premeditação de desencontro, impulsada pelos aparelhos ideológicos do Estado na Galiza nos últimos anos, uma realidade que até os cegos poderiam notar às apalpadelas. Inclusive o nacionalismo galego maioritário, que deve a sua consciência à da língua comum (não era antes *provincialismo*, logo *regionalismo*...?), empenhado em ‘asturianizar’ o galego, em realmente suicidar o galego, num mimetismo dos nacionalismos periféricos do Estado em resposta ao trauma comum causado pelo nacionalismo espanhol, inclusive esse nacionalismo, aplica nesta questão a sua síndrome de Estocolmo (*Stockholmsyndromet* em sueco), esse estado psicológico particular desenvolvido por pessoas que são vítimas de sequestro –algo por certo do que já avisava Carvalho Calero, lúcido neste assunto como em tantos afins.

Quando nos finais do século XIX começa a conhecer-se a tradição medieval, imediatamente se coloca num centro cada vez mais consciente o auxílio da lusitanidade. As Irmandades da Fala (1916), a revista *Nós* (1920), *A Nosa Terra*, reclamam esta atenção e até colaboração. Portugal era o que estava mais próximo e não havia internet. E no próximo descobrem a óbvia afinidade, para além da língua, em matéria antropológica, histórica, cultural, e até importam e adaptam correntes como o saudosismo, com contributos próprios. Castela, Risco, Vilar Ponte, marcam o caminho

da superação do ruralismo e evolução da língua e cultura galegas, rumo à unificação e purificação descastelhanizadora. Unificação. Eis a raiz da consciência nacionalista, que hoje mal nela se reconhece. Porque a ideia de unidade essencial de língua e cultura galego-portuguesas é fundacional no galeguismo, foi defendida nas primeiras décadas do século xx pela denominada Geração *Nós, improdutivo* na guerra e no imediato pós-guerra civil, mas recuperada e posta outra vez em valor depois pelo grupo Galáxia que se reivindica herdeiro da linha histórica do galeguismo. Também a primeira *Real Academia Gallega* (RAG) da altura está na mesma linha, depois da sua primeira fase cubana e depois de revitalizada pela entrada de vários membros de *Galaxia*, mas ambas as instituições recuam para conservar poder diante da irrupção do ILG com a sua proposta popular via ensino.

Pouco mais cabe dizer sobre a unidade linguístico-cultural galego-portuguesa como ideia força do galeguismo anterior à guerra civil (e da importância atribuída à língua como principal elemento identitário), que palavras de Vilar Ponte e outras figuras fundadoras do nacionalismo político poderiam ilustrar, nem mesmo da continuação desta na orientação pós-bélica. Foi precisamente no campo político e do poder onde tudo se frustrou, apesar de que ainda nos anos setenta se continuasse reforçando por parte de *Galaxia*, nas escassas plataformas institucionais do galeguismo de que se dispunha, com produtos e ideias que alimentassem um projeto cultural alicerçado na ideia vinda da origem do movimento galeguista no século XIX, a originária e essencial unidade linguístico-cultural da Galiza e Portugal. A *Ley General de Educación* do ministro franquista Villar Palasí, promulgada em 6 de Agosto de 1970, que autorizava o ensino das línguas ditas «nativas», os movimentos para a imposição de Normas ortográficas para este uso, com a tentativa enunciada como urgente e provisória (mas também controlada) de fixar e habilitar *progressivamente* o código linguístico para o ensino, com desencontro entre o grupo *Galaxia / Academia* e o Instituto (ILG), nascido em 14 de Maio de 1971 com a apresentação do seu método de aprendizagem *Gallego I*, e respaldado pelo capital simbólico da Universidade de Santiago, que optou por uma orientação claramente castelhanista foneticista e ignoradora do referente luso-brasileiro sim invocado nas *Normas (Galaxia/RAG)*, na luta pela liderança no iminente pós-franquismo para determinar a natureza dos materiais com que configurar a identidade e a coesão social da comunidade galega. Tudo isto retrata a burla da dinâmica galeguista e a chegada a posições em que, para além de eu não reconhecer boa parte do nacionalismo, se revê a pergunta aqui a debate.

O grupo *Galaxia/RAG* escolhe a via da aproximação e o acordo institucional com o organismo universitário e rejeita a proposta reintegracionista de Rodrigues Lapa. O nacionalismo galego fica maioritariamente abduzido. Num mundo globalizado onde

muitas línguas morrem cada dia e no ninho daquela que leva pelo mundo o nome de Portuguesa perguntamo-nos se há que traduzir ou não traduzir entre o crioulo de portunhol consentido pelas instâncias do poder e a sua descendência evoluída no mundo, que misteriosamente lhe continua proibida na *mídia* apesar da coabitação na União Europeia, apesar de Bruxelas criar e dotar generosamente programas comunitários *Interreg* para favorecer a aproximação cultural entre vizinhos. A situação seria um bocado hilariante de não ser o lado dramático. Como dizia o engenheiro informático que me explicava o de *Google*, com experiência da sua empresa na fabricação de corretores gramaticais para o galego, é como se para um mundial de basquete tivéssemos montes de jogadores de 2 metros e o treinador no trono do seu poder se empenhasse em levar só os de 1,60. Ao engenheiro, também empresário que foi numa missão comercial com outros empresários ao Brasil, ninguém lhe discute que os falantes de galego eram os que melhor jogavam por que mais altos naquele jogo –nem que os falares se entendem com os galegos. Salvo que a partir dos falares de um dos cinco grandes idiomas do planeta se fabriquem línguas separadas. Claro que se pode, se isso é rendível ou prático é outro tema. Quanto a fazer ‘tradução’ entre esses Falares, pois claro que é possível, inclusive necessário, dependendo quê, dependendo para quê, e para quem.

Se acreditam que já adiantei alguma ou toda a opinião sobre a matéria em debate estão errados. Certo que o estatuto da língua mediadora me é central nesta questão, e que eu defendo e pratico, como o galeguismo histórico, a aproximação linguístico-cultural galego-portuguesa como reforço identitário e de sobrevivência da minha língua neste território chamado Galiza. Mas igualmente admito que a base ortográfica castelhana que adoptou institucionalmente para a sua Norma a minha língua neste território está aí, e eu não sou tão ingénuo como para não aceitar que ainda vai estar algum tempo. O Simpósio que o ILG convoca nos próximos dias para celebrar os 30 anos desta instituição leva por lema «Un galego común, fiel a si mesmo», a começar obviamente pela ortografia, e onde a única atenção dedicada à Lusofonia é bem esclarecedora: uma das duas conferências programadas tem como objetivo dar protagonismo a um conhecido opositor ao Acordo ortográfico, e por outro, no referente ao Brasil, à representação de demagógicas (mas rentáveis editorialmente) propostas de defender que português e brasileiro já são duas línguas diferentes e por aí fora. Com estes amigos e tal orientação desagregadora quanto à visão das relações entre Falares e Normas dentro do mesmo Sistema Linguístico (e recorde perfeitamente que noutro congresso do ILG algum dos seus máximos representantes terá afirmado que «nós somos também Lusofonia», mas desde a Norma ‘asturianizante’), com tudo isto que pretende levar o fracasso de uma escolha às suas máximas consequências suicidas, não se pode ser ingénuos como para não admitir que a situação ainda vai

durar, e que portanto vale a pena sentar-se a falar da realidade desse ‘galego’ com a melhor disposição, e dar mesmo opinião construtiva sobre o ‘problema’ de traduzir ou não entre estas variantes. Portanto ainda me reservo o parecer final, depois de invocar algumas experiências.

Experiências como tradutor e autor

Já aludi ao conhecimento do trabalho de profissionais que realizaram transposição de textos literários em galego dito oficial para português, nomeadamente para a Deriva Edições, um selo lusitano que se especializou em autores da Galiza. As suas confessas dificuldades são muito específicas, para além de ver-se no meio de uma discussão que mal entendem. Muitas editoras portuguesas só ‘traduzem’ esses livros numa direcção (*directness*) muito concreta e não surgindo a tradução directamente do texto original mas através de uma língua intermediária: se não existir versão castelhana não aceitam. Isto lembra-me a história de Carlos Casares e Almeida Faria, que também preferia que lhe enviasse a versão do seu romance em espanhol porque na que tinha recebido não conseguia avançar. Mas, enfim, voltemos às práticas tradutivas em que também tenho experiências pessoais.

Tenho feito tradução por obrigação, devoção e até casualidade. Por obrigação quando como primeiro professor de português numa EOI na Galiza, nesta mesma cidade, me via forçado a atender os pedidos dos tribunais de Justiça, na maior parte dos casos relativos a Comissões rogatórias, partidas de nascimento ou óbito, delitos etc., sempre entre espanhol e português. A devoção e casualidade referem-se mais a catálogos de arte e textos literários, mas de todas estas experiências não poderia tirar lições de proveito para a mesa, quanto ao relacionamento tradutor específico que se coloca, salvo testar o conhecimento da realidade e dificuldade do ofício, por certo nem muito considerado nem melhor pago em correspondência com as exigências que tem.

Sim poderei tirar maiores ensinamentos de proveito para a mesa das experiências como autor «traduzido» e participante direto na transferência. Menos obviamente dos casos pontuais de ser traduzido para alemão, italiano ou espanhol, salvo testar novamente que não tenha existido dificuldade alguma em a minha norma de galego não ser a castelhana, antes ao contrário. A peça de teatro que se editou unicamente na Itália em edição bilingue de galego, norma AGAL, e italiano, foi traduzida por uma especialista no português do Brasil. Os meus 7 livros até agora editados foram escritos todos em galego dito reintegrado ou português, colocando nos primeiros que usavam o padrão galego (antes do Acordo Brasil e Portugal consagravam um afastamento

gráfico que, como sabem, era levado até à internet e aos produtos editoriais), uma nota parecida a esta que figura em *O Regresso a Arder* de 2000: «As *disgrafias* singulares, que o leitor português poderia achar neste texto, correspondem à Norma Ortográfica de aproximação da escrita na Galiza, que elaborou a Associação Galega da Língua».

Naturalmente estas *disgrafias* singulares perturbam o relutante leitor-médio luso, que sempre teimou na adaptação dos textos brasileiros e que continua contestando de maneira importante o actual Acordo, mas tal não impediu que por exemplo *A Espera Crepuscular* de 2002 estivesse entre as obras finalistas para o prémio das Correntes d'Escritas como mais um livro editado em português, por ter sido coedição de Quasi Edições e da Laiovento galega. *Venezianas* foi editado em 2007 só em Portugal, mas para o caso serão muito mais esclarecedores os exemplos de livros que se editaram primeiro na Galiza em galego reintegrado e depois em Portugal ou no Brasil. Tanto *Periferias* de 1999, prémio Carvalho Calero de narrativa, editado no Brasil em 2006 pela Editora Horizonte, como *Inxalá*, de novo prémio Carvalho Calero em 2006 e editado em Portugal como *Inxalá –espero por ti na Abissínia* em 2008, foram «adaptados» por mim e «revisados» cada um deles por uma especialista proposta por cada uma das editoras, que foram consultando comigo detalhadamente todas as propostas de alteração. Isto acontece ou acontecia regularmente com autores bem mais consagrados que entre Portugal ou o Brasil dão ou davam o salto editorial, e eu achei absolutamente normal, até porque no terreno narrativo existe menos margem de tolerância a singularidades do que noutros géneros, e mais concessão ao mercado a que se destinam os livros. A este respeito devo confessar a perplexidade do pedido de duas notas de rodapé para a edição brasileira de *Periferias*, uma referida a uma marca de motos portuguesa e outra ao nome de um peixe amazónico, nada relativo ao universo cultural ou social galego...

Quanto à edição portuguesa de *Inxalá*, a revisão do texto por parte de Maria do Rosário Pedreira (ela mesma poeta e isto terá sido determinante) foi bastante agressiva, com bastantes mudanças que não deixaram de chamar a atenção de por exemplo o Professor Fernando Venâncio desde Amsterdão num comentário, «O galego pasteurizado», com que concordo em linhas gerais –o português pode-se tornar também uma máquina eficaz de matar o galego. Noutro trabalho, o Professor Fernando Venâncio mostrou ainda como «em edições portuguesas de literatura galega, as exclusividades lexicais de Além-Minho acabam, sistematicamente, traduzidas para um léxico compartilhado com o espanhol», e nas edições portuguesas, que respeitam peculiaridades brasileiras, angolanas, timorenses, as galegas acabam implacavelmente trucidadas. Estas apreciações foram utilizadas por uma das máximas autoridades do ILG para preten-

der provar o fracasso da proposta reintegracionista, pois segundo ela a nossa prática não estaria habilitada para a saída internacional que pretendia. Essa pessoa desconhece completamente o processo editorial do livro, os matizes de relação entre as variantes ortográficas do Brasil e de Portugal antes e depois do Acordo, e muitas das coisas que nesta mesa já se abordaram. Desconhece ou pretende que o seu público desconheça. O livro a que se referia foi publicado de novo em Portugal com o mesmo título, *Inxalá –espero por ti na Abissínia*, em 2010, numa coleção de clássicos universais distribuída com jornais portugueses (Biblioteca de Verão do *Diário de Notícias* e *Jornal de notícias*, ao lado de Conrad, Poe, Eça ou Borges), com uma tiragem entre 100 mil e 120 mil exemplares. Que eu não tenha visto um euro derivado desta operação comercial, nem ainda da outra, porque a editora portuguesa entrou numa fase de falência, é o outro tipo de fracasso, mas não o que se pretendia a respeito da prática ou estratégia reintegracionistas.

Não muito mais poderia dizer a respeito da tradução ou transferência ou adaptação entre galego e português, e estas experiências não servem certamente para resolver o problema doutros autores, utentes da norma castelhana para escrever a nossa língua, que é o que se coloca na mesa, salvo tirar a lição de que usar uma norma internacional para ela é uma vantagem e elimina o problema. Como hoje não se discutem as políticas institucionais a que o detalhe concreto em discussão se sujeita, passarei a dar o meu final parecer.

Uma resposta concreta

Aceitando, pois, que o galego de base ortográfica castelhana está aí e vai durar um tempo, e que portanto vale a pena sentar-se e abordar construtivamente o seu ‘problema’ de opacidade a respeito das variantes lusógrafas, a minha opinião é que ‘traduzir’ Torga, como já se tem feito, é um dispêndio de recursos intolerável. Mas mesmo autores e obras mais distantes. Que Portugal o fazia a respeito do Brasil? Que o Brasil o fazia a respeito de Portugal? Depende quê, onde e para quem, não como prática geral, chamando-lhe adaptação e só com força antes do Acordo Ortográfico. Não entrarei aqui na vertente de ‘interpretação’ e nas dificuldades que a nível de fonética lusitana se levantam, para brasileiros inclusive maiores que perante uma fonética galega, mesmo com todas as interferências crioulistas do espanhol –um brasileiro entende de regra melhor um galego que um lusitano. Fico-me pelo nível da ‘tradução’, não ‘interpretação’, e aí mesmo sendo menos otimistas que os de Google creio que de Camões a Rubem Fonseca qualquer galego ou galega pode beber no original sem que os nossos recursos se gastem nesse atentado ecológico e intelectual. Algo que estão a

demonstrar dúzias de pessoas agora mesmo nos Clubes de Leitura na Galiza, condecorados no Pega no Livro.

Mas na direção contrária estou completamente de acordo, e até a língua comum pode aprender e receber contributos galegos, como tem feito o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, inserindo lotes léxicos que não existiam nos dicionários de português. Se esse galego de base ortográfica castelhana está aí e pretende durar, lógico que se verta ou pretenda verter para uma das cinco línguas mais usadas no planeta. Outra coisa é se seria mais ecológico (e intelectualmente inteligente) ensiná-la nas nossas escolas e usá-la em origem. A estas alturas do campeonato creio que deveríamos ser mais sensatos: aceitar o galego de base ortográfica castelhana neste território é compatível com tornar oficial o português, se querem, como língua distinta da galega, mas dando maiores oportunidades a esta sociedade. Porque ‘O Galego é uma oportunidade’, como diz o oportuno título do livro de J. Ramom Pichel e Valentim Rodrigues, um empresário da informática e um professor de línguas, porque a língua é a nossa vantagem competitiva como galegos e galegas, porque até a nossa sociedade espanholizada ou até a organização Galicia Bilingüe poderiam aceitar com entusiasmo que «el gallego es una oportunidad», como verificam os empresários da missão comercial no Brasil. Porque somos a ponte, o lugar onde o mundo lusófono e hispanófono se encontram, onde nasceu a língua conhecida internacionalmente como português, onde (por causa da nossa emigração) há uma profunda relação com o mundo hispano-americano que se expressa em espanhol. Por isso, sim, se o galego apêndice ortográfico do castelhano quer estar que esteja, e seja traduzido a outras línguas, inclusive à sua própria variedade internacional, mas uma porção qualitativamente significativa da cidadania galega, claramente in crescendo, já está descobrindo que pode consumir e inclusive produzir diretamente nesta. Reclamar a oficialidade do português na Galiza ao lado da outra, perante as instituições europeias, a Junta etc. pode ter sentido. Até o governo francês teve que encaixar as TV alemãs na Alsácia e mais o alemão na educação. A força desta inclinação é muito superior do que pensa o poder e a realidade económica está empurrando neste sentido. O que falta é a colaboração ou, quando menos, a convivência de todo o galeguismo. Isto inclui RAG e ILG. Por isso cumpre tender pontes e deixar o confronto. O que não supõe qualquer tipo de renúncia. Bem pelo contrário, é a estratégia mais rápida e efectiva para ganharmos todos sem verter sangue e dinheiro.